

ARTIGO ORIGINAL

MOBILIZAÇÃO COMUNITÁRIA PARA RECUPERAÇÃO E USO SUSTENTÁVEL DA ÁREA DE COMPENSAÇÃO SOCIOAMBIENTAL DO BAIRRO/LOTEAMENTO CIDADE JARDIM, ITUIUTABA, MG

ORIGINAL ARTICLE

MOVILIZACIÓN COMUNITARIA PARA LA RECUPERACIÓN Y USO SOSTENIBLE DEL ÁREA DE COMPENSACIÓN SOCIOAMBIENTAL DEL BARRIO/LOTEAMENTO CIDADE JARDIM, ITUIUTABA, MG

Colignon Junio Freitas Portuguez¹

Anderson Pereira Portuguez²

Universidade Federal de Uberlândia – UFU, Brasil

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns dos principais resultados de uma ação empreendida pelos moradores da Rua das Orquídeas, localizada no bairro Residencial Cidade Jardim (Ituiutaba, MG) para recuperar uma área que estava em vias de grave degradação junto à mata ciliar do Córrego da Grotta (também chamado de Córrego dos Barus). Trata-se de um pequeno afluente urbano do Córrego do Carmo, junto ao qual existe uma área verde muito representativa (segunda maior área verde urbana de Ituiutaba) com trechos de mata ciliar e vegetação de transição entre os domínios do Cerrado e da Mata Atlântica. A metodologia desta pesquisa foi dividida em 3 etapas. Na primeira, realizamos revisão de literatura e análise documental para logarmos o embasamento necessário à compreensão dos conceitos que norteiam esta pesquisa. Na segunda etapa da pesquisa ocorreu a coleta de dados empíricos. Iniciamos pela análise do acervo fotográfico privado de uma instituição religiosa (terreiro de Candomblé) localizada no bairro Residencial Cidade Jardim (mais antiga edificação do bairro). Essa instituição tem registrado imagens da área estudada desde o início do loteamento em 2013. Também realizamos entrevistas com os moradores mais antigos responsáveis pelas ações de uso sustentável e recuperação da área degradada. Realizamos ainda, cobertura fotográfica das atuais condições de uso e proteção da mata ciliar e área protegida adjacente. Na terceira etapa da pesquisa, confrontamos os dados coletados em campo com o referencial teórico para estabelecermos as análises pretendidas e, por fim, produzir o texto ora apresentado. Concluímos que o abandono da pastagem aumentava significativamente o risco de queimadas durante o inverno e o acúmulo indiscriminado e crescente de lixo (resíduos sólidos e restos de materiais de construção) eram as principais fontes de degradação da área na época da instalação do loteamento. Os moradores mais antigos, então, se organizaram para limpar toda a área, plantar árvores e utilizar a área de forma sustentável, visando sua recuperação. O local vem, aos poucos, sendo recuperado e são raros os eventos de descarte de resíduos sólidos na área protegida. As atividades sustentáveis ali realizadas são de fato de baixo impacto e são autorizadas pelas normas jurídicas vigentes: uso religioso para cultos na natureza, pequenas criações de animais sem fins comerciais (pecuária de subsistência), pequenos plantios de alimentos (quiabo, ervas medicinais, milho, hortaliças etc.) e plantio de árvores frutíferas.

Palavras-chave: Comunidade; Mata Ciliar; Recuperação de Área Degradada.

¹ Graduando em Geografia pela Universidade do Oeste do Paraná-UNIOPAR - Curso de Geografia – Polo Ituiutaba. E-mail: kolygnonjunio@gmail.com.

² Professor Doutor da Universidade Federal de Uberlândia-UFU - Instituto de Ciências Humanas- ICH. E-mail: portuguez.andersonpereira@gmail.com.

RESUMÉN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar algunos de los principales resultados de una acción emprendida por los habitantes de la Rua das Orquídeas, ubicada en el barrio Residencial Cidade Jardim (Ituiutaba, MG), para recuperar un área que se encontraba en proceso de grave degradación junto al bosque de ribera del Córrego da Grota (también llamado Córrego dos Barus). Es un pequeño afluente urbano del Córrego do Carmo, junto al cual existe un área verde muy representativa (la segunda área verde urbana más grande de Ituiutaba) con tramos de bosque ribereño y vegetación de transición entre los dominios de Cerrado y Mata Atlántica. La metodología de esta investigación se dividió en 3 etapas. En primer lugar, realizamos una revisión bibliográfica y análisis documental para obtener las bases necesarias para comprender los conceptos que guían este estudio. En la segunda etapa de la investigación se recogieron datos empíricos. Comenzamos analizando la colección fotográfica privada de una institución religiosa (terreiro de Candomblé) ubicada en el barrio Residencial Cidade Jardim (edificio más antiguo del barrio). Esta institución ha estado registrando imágenes del área de estudio desde que se inició el fraccionamiento territorial en 2013. También realizamos entrevistas a los pobladores más antiguos responsables de acciones de uso sustentable y recuperación del área degradada. También brindamos cobertura fotográfica de las condiciones actuales de uso y protección del bosque de ribera y área protegida adyacente. En la tercera etapa de la investigación, comparamos los datos recolectados en campo con el marco teórico para establecer los análisis previstos y, finalmente, producir el texto aquí presentado. Concluimos que el abandono de los pastos incrementó significativamente el riesgo de incendios durante el invierno y la acumulación indiscriminada y creciente de basura (residuos sólidos y restos de materiales de construcción) fueron las principales fuentes de degradación de la zona al momento de la instalación del subdivisión. Los vecinos más antiguos se organizaron entonces para limpiar toda la zona, plantar árboles y utilizarla de forma sostenible, con el objetivo de su recuperación. El sitio se está recuperando gradualmente y los eventos de eliminación de desechos sólidos en el área protegida son raros. Las actividades sustentables que allí se llevan a cabo son de hecho de bajo impacto y están autorizadas por las normas legales vigentes: uso religioso para el culto a la naturaleza, pequeña ganadería no comercial (ganadería de subsistencia), pequeñas plantaciones de alimentos (okra, hierbas medicinales, maíz, etc. hortalizas) y plantación de árboles frutales.

Palabras clave: Comunidad; Bosque de ribera; Recuperación de Área Degradada.

INTRODUÇÃO

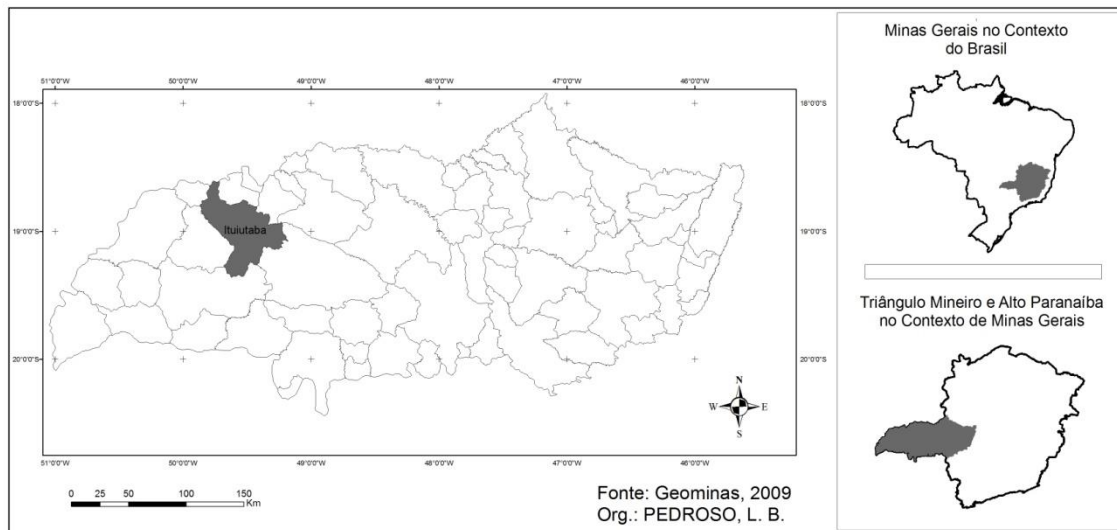
Ituiutaba é uma cidade de porte médio do Estado de Minas Gerais, localizada a 673 km de Belo Horizonte na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba (figura 1). Sua área é de 2.598km² e de acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)³, Ituiutaba possuía em 2022, uma população de pouco mais de 102 mil habitantes, sendo que cerca de 96%) residiam na zona urbana e aproximadamente 4% na área rural.

Entre 2000 e 2015 Ituiutaba apresentou forte crescimento populacional, comercial, industrial e agrícola em função da incorporação do município no rol de cidades foco de altos investimentos do capital internacional sucroalcooleiro. Nos últimos 10 anos, apesar do arrefecimento no crescimento devido a fatores como a falência de indústrias e pandemia de covid19, a cidade se manteve dinâmica e seu

³ Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acessado em 10 de abril de 2012.

território aumentou significativamente com o surgimento de alguns loteamentos e novos bairros.

Fig. 1: Município de Ituiutaba: Localização do Município na Mesorregião Geográfica do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, MG.



Fonte: Pedroso e Moura (2012, p. 367).

É neste cenário que a presente pesquisa foi realizada, ou seja, em uma cidade que vem projetando seu conteúdo de urbanidade sobre a área rural imediata, de forma que os limites entre os espaços rural e urbano revelam claramente as pressões que a expansão da malha urbana exerce sobre as áreas mais naturais localizadas nesta zona de transição, comumente conhecida como perímetro periurbano.

A região natural onde este município se localiza pertence ao bioma das savanas tropicais, notadamente no Domínio Biomorfoclimático do Cerrado (Ab'Sáber, 2003). Neste recorte do território brasileiro é possível encontrar paisagens fragmentadas do Cerrado, pois a partir da década de 1960 ocorreu forte crescimento da pecuária extensiva e da agricultura de grãos e cana-de-açúcar. Tais atividades mudaram a paisagem regional de forma definitiva, o que vem causando graves impactos sobre a dinâmica do Cerrado, inclusive no município onde se localiza nossa área de estudos.

O cuidado com o Cerrado tem se manifestado no Brasil por meio de políticas descontinuadas e fragmentadas de proteção da natureza, o que se mostra

insuficiente para manter em equilíbrio um ecossistema complexo e sensível à expansão do agronegócio. Nas cidades do Brasil Central⁴, as prefeituras têm tomado medidas para assegurar a proteção de áreas verdes nativas. Muitas estratégias vêm sendo implementadas, como a criação de Unidades de Conservação de proteção rigorosa, criação de parques urbanos e ações de educação ambiental. Outra ação bastante interessante de se notar é a criação de espaços destinados à compensação socioambiental de novos loteamentos, que proliferam em cidades de médio e grande portes nesta região.

As áreas de compensação socioambiental são estabelecidas pelas Prefeituras a partir de critérios constantes nos PDMs - Planos de Desenvolvimento Municipal⁵, que são elaborados por meio de parcerias técnicas e validados como norma jurídica pelas Câmaras de Vereadores.

As áreas de compensação socioambiental são, geralmente, espaços destinados ao uso sustentável, ou ainda a instalação de benfeitorias sociais por parte do poder público para atender às necessidades sociais dos novos loteamentos: postos de saúde, abertura de vias, instalação de creches, escolas, entre outros exemplos. Os usos dessas áreas mudam de acordo com o grau de impacto do empreendimento e sua função social. As ações de compensação socioambiental dependem, portanto, dos licenciamentos concedidos pelas Prefeituras.

Nos últimos 20 anos, Ituiutaba viu sua periferia se expandir com a instalação de mais de uma dezena de novos loteamentos, tanto implantados pelo poder público (Programa Federal Minha Casa Minha Vida) quanto por empreendimentos imobiliários privados (Loteamentos Baduy, Drumond, Cidade Jardim e outros). Para atender a legislação em vigor, os loteamentos privados destinam áreas para benfeitorias sociais e uso sustentável, o que assegura espaço para a instalação de

⁴ Segundo Portuguese, Moura e Costa (2011), o termo "Brasil Central" corresponde à macropaisagem natural formada pelos Domínios Biomorfoclimáticos do Cerrado, da Caatinga e do Pantanal. Esses três domínios, juntos, formam boa parte do Bioma das Savanas Tropicais na América do Sul.

⁵ De acordo com a Prefeitura Municipal de Ituiutaba, o PDM - Plano de Desenvolvimento Municipal é uma ferramenta legal implementada pelo Poder Público com o propósito de organização, controle e acompanhamento das soluções dos principais desafios enfrentados pelas cidades. Trazem em seu escopo, direcionamentos para o ordenamento territorial, urbanização, habitação, redução de riscos socioambientais, entre outros.

equipamentos da infraestrutura pública, parques, praças, áreas verdes e equipamentos culturais e outros.

Na borda sudoeste da malha urbana de Ituiutaba, em área localizada entre as paisagens rural e urbana, surgiram novos loteamentos implantados pelo poder público e por empresas locais, dentre os quais se destaca o Loteamento Residencial Cidade Jardim. A área loteada localiza-se entre os bairros Lagoa Azul II, Camilo Chaves, Sol Nascente e Pirapitinga, em área onde outrora havia uma grande propriedade rural. O loteamento possui terrenos de tamanhos variados, mas em sua maioria são lotes de 300m². O padrão construtivo das residências mostra que os moradores são predominantemente de classe média, e o bairro não tende à verticalização, sendo eminentemente residencial e horizontalizado.

Ao Sul do loteamento corre o córrego da Grota (ou córrego dos barus, em algumas fontes) e junto a ele encontra-se uma área verde extensa, a segunda maior da cidade. A área de compensação socioambiental do Loteamento Cidade Jardim foi delimitada justamente entre a última rua do bairro (Rua das Orquídeas) e a mata ciliar do córrego, o que, em tese, deveria lhe dar um caráter de uso sustentável. Porém, não foi o que ocorreu nos primeiros anos.

Por “não ter dono”, “ser de todo mundo”, a área foi rapidamente degradada, impactada por queimadas constantes e chegou a se tornar local de descarte de resíduos sólidos⁶, inclusive pela própria Prefeitura Municipal, que utilizou parte da área para descarte de entulho de construção. A situação mudou a partir de 2015, quando um conjunto de moradores decidiu agir e impor à área, usos de fato mais adequados e que não produziam agressões à mata ciliar do Córrego da Grota. Nasceu, assim, uma bem-sucedida ação comunitária de promoção da sustentabilidade em escala local por meio da agricultura e da pecuária de subsistência.

Diante deste cenário, o presente trabalho tem por objetivo apresentar alguns dos principais resultados das ações empreendida pelos moradores da Rua das

⁶ Utilizaremos o termo genérico “lixo” para nos referir a todas as classes de resíduos sólidos descartados na área estudada. O termo é de uso popular e é geralmente empregado para designar diferentes tipos de materiais descartados pelas famílias do bairro e seu entorno.

Orquídeas, localizada no bairro Residencial Cidade Jardim (Ituiutaba, MG) para recuperar uma área periurbana que estava em vias de grave degradação junto à mata ciliar do Córrego da Grotta.

Estudos dessa natureza se justificam na medida em que mostram modelos de mobilização social em favor de um objetivo comum, além de revelar dados que podem ser muitos úteis para o poder público, caso este se engaje na proteção da área e na regulamentação de seus usos a partir dos pressupostos da sustentabilidade.

METODOLOGIA

A presente pesquisa foi realizada entre os anos de 2023 e 2024 como parte de um projeto mais amplo, empreendido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Cultura, Descolonialidade e Território (CNPq/UFU). O referido macroprojeto tem caráter de ensino-pesquisa-extensão e objetiva compreender diferentes processos de formação territorial no Brasil.

Nossos pressupostos de teoria e método baseiam-se na abordagem crítico-descolonial da Geografia Humanista, que preza pela análise qualitativa dos dados e relativiza as distintas formas engessadas da lógica eurocentrada de ciência moderna.

A metodologia desta pesquisa foi dividida em 3 etapas. Na primeira, realizamos revisão de literatura e análise documental para logarmos o embasamento necessário à compreensão dos conceitos que norteiam esta pesquisa.

Buscamos nas fontes documentais e bibliográficas, discussões atuais sobre conceitos como sustentabilidade, compensação socioambiental, urbanidades, ruralidades, perímetro periurbano e outros. Estes conceitos nos permitiram entender os fenômenos observados em campo e nos deu as ferramentas necessárias para a coleta de dados primários.

Na segunda etapa da pesquisa ocorreu a coleta de dados empíricos. Iniciamos pela análise do acervo fotográfico privado de uma instituição religiosa

(terreiro⁷ de Candomblé e Umbanda) localizada no bairro Residencial Cidade Jardim. Trata-se da construção mais antiga do bairro (2014) e o fato de ser também uma instituição cultural privada, constituiu para nós importante fonte de dados, pois a diretoria do terreiro mantém acervo fotográfico da área desde 2013, quando o local ainda conservava aspectos de pastagem, antes da implantação das ruas e infraestrutura.

Também realizamos entrevistas com os moradores mais antigos responsáveis pelas ações de uso sustentável e recuperação da área degradada. Ao todo, foram 10 entrevistas, sendo um residente por família. Desta maneira asseguramos que a totalidade das famílias envolvidas nas ações estudadas fossem ouvidas. Os depoimentos foram gravados, transcritos *ipsis literis* e, em seguida, trechos das transcrições foram incorporadas a este texto.

Os sujeitos da pesquisa terão suas identidades preservadas nos termos do que determinou o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Uberlândia. Seus nomes serão, neste texto, substituídos por designação numérica do mais idoso para o mais novo (entrevistado, 1, entrevistado 2 etc.).

Realizamos ainda, cobertura fotográfica das atuais condições de uso e proteção da área de compensação socioambiental e mata ciliar adjacente. As fotografias foram tiradas desde o prisma do solo, no mês de maio de 2024, no final do período chuvoso e início do período seco no Cerrado.

Também percorremos toda a bacia do Córrego da Grota a pé, com mais frequência e atenção à parte correspondente à fronteira com o Loteamento Cidade Jardim. O mapeamento da área ainda está em fase de elaboração. Para sua realização, estamos utilizando os recursos das ortofotografias verticais, com imagens extraídas da plataforma *Google Earth* e montagens em *CorelDRAW*. Os mapas propriamente ditos vêm sendo elaborados a partir do QGIS, que é um

⁷ O termo “terreiro” refere-se ao local onde são realizados os cultos aos espíritos dos ancestrais e os Orixás (divindades africanas) pelos praticantes da Umbanda e do Candomblé. Foi utilizado por um dos depoentes, pertencente à comunidade religiosa de Candomblé que cuida de parte da área estudada. Trata-se de um termo que possui sentido histórico-cultural e religioso, motivo pelo qual respeitosa e adotamos neste trabalho.

aplicativo profissional, livre e aberto, utilizado para elaboração de mapas de alta precisão.

Na terceira etapa da pesquisa, confluímos os dados coletados em campo com o referencial teórico para estabelecermos as análises pretendidas e, por fim, produzir o texto ora apresentado.

PERIURBANIDADE: REFLEXÕES ACERCA DO CONCEITO ESTRUTURANTE DA PESQUISA

Em cidades de médio porte, como Ituiutaba, onde a economia baseia-se fundamentalmente no setor agropecuário e agroindustrial, é difícil delimitar rigidamente o que é espaço rural e espaço urbano, pois nos dias atuais estes espaços vão se tecnificando e densificando cada vez mais, sobretudo onde há presença significativa do capital agropecuário multinacional comumente designado como “agronegócio”.

Lindner (2008) considera ultrapassada a ideia de que o espaço rural é um conjunto de lugares simples e atrasados, enquanto o espaço urbano seria globalizado e moderno. O processo de modernização da agricultura, apoiando-se nos meios da globalização (tais com as indústrias transnacionais no campo, maquinarias mais aperfeiçoadas e outros), transformou profundamente esses “novos” espaços.

Segundo Teixeira e Lages (1997, p. 14), “o rural se define, antes de tudo, por sua população ocupando e transformando um espaço, que se torna o rural por usos diversos que não são unicamente agrícolas” Santos (2011, p. 97). Complementou esta ideia, afirmando que: o espaço rural é uma construção social que parte das relações do ser humano com a natureza, não se restringindo somente na visão do espaço rural voltado para as atividades agrícolas, mas sim como uma produção social complexa que vai para além dessas atividades entendidas como tipicamente rurais.

A modernização produtiva e as transformações técnicas que vêm ocorrendo no espaço rural nos últimos 50 anos têm proporcionado sua constante reconfiguração. A diversificação das atividades rurais modificou o paradigma de que

o rural é espaço fundamentalmente voltado para as atividades próprias do setor primário da economia. Este processo, associado à mecanização, acabou por liberar a mão-de-obra ocupada, originando grandes fluxos migratórios para cidades e/ou zonas mais desenvolvidas do território nacional.

A pequenas e médias cidades do interior do Brasil, já nas décadas de 1970-1990, começaram a crescer na medida em que sua população rural migrou gradativamente para a sede municipal. Trouxeram consigo, do campo para a cidade, uma série de características da identidade rural que podem ser percebidas no cotidiano das pequenas cidades, como lembrou Lindner e Wandscheer (2009):

Nestes locais existe uma grande carga cultural, que pode ser traduzida através do apego as tradições, muito evidenciadas nas relações sociais da população, suas festividades, gastronomia e economia. Esse conjunto de fatores representa a identidade social da comunidade, a qual reproduz o modo de vida do campo na cidade, ou seja, as ruralidades, que representa a articulação entre as noções de rural e de identidade social (Linder e Wandscheer, 2009. p. 149).

Para Côrtes (2008), os territórios rurais qualificam-se como espaços, interagindo-se com as funções econômicas (produções agrícolas, artesanato, turismo e lazer, e dentre outros), ambientais (conservação dos bens materiais, como água e solo, educação ambiental) e socioculturais (proteção e desenvolvimento referente a cultura dessas comunidades). O conteúdo do que aqui se entende como ruralidade é entendido a partir de uma visão que integra as formas espaciais, as funcionalidades historicamente atribuídas, a sua carga cultural e os aspectos relacionais deste todo descontínuo, que é o meio rural.

A ruralidade, da forma como a conhecemos no mundo ocidental, é uma construção territorial que parte da ideia de homogeneidade dos territórios agregados sob esta categoria analítica, e isto naturalmente vale também para o conceito de urbano. Segundo Moussa e Portuguez (2019), a eurocentralidade da Geografia nos conduz a pensar no urbano, no rural e no natural, da forma como estes espaços são vistos pelo olhar etnocêntrico da ciência geográfica. Nessa perspectiva, no Brasil, por exemplo, o urbano e o rural são invenções coloniais portuguesas e esses conceitos só fazem sentido a partir das lógicas coloniais de produção e formação territorial do Brasil.

Na maior parte dos casos, o que é rural e o que é urbano vem intuitivamente reconhecido e depois medido. Com frequência tem-se sustentado que a diferença é de natureza social e relativa ao modo como estão distribuídas as populações e as cidades no território, ou francamente cultural, tanto que nenhum órgão oficial empenhado nessa tarefa (Nações Unidas, Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE, União Europeia, Escritórios de Estatísticas) tem conseguido encontrar uma definição que satisfaça a todos, ainda que por tempo indeterminado (Sarraceno, 1996⁸).

Já na percepção urbanista, defendida por Cunha (2008, p. 13), no decorrer do processo de ocupação do mundo, as sociedades modificaram e transformaram os seus territórios, tornando-os reflexos de si mesmos, ou seja, “territorialidades que expressam a ligação entre o substrato material da vida e a atividade humana de produção dos meios de existência que, juntas, constituem a forma-conteúdo reveladora de modos de vida que é a cidade”.

O conceito de espaço urbano, unificando-se com o conceito de cidade, como aborda Corrêa (2005), é bastante complexo, pois cada sociedade observa o espaço de forma diversificada, nas suas concepções sociais e culturais:

O espaço urbano capitalista – Fragmentado, articulado, reflexo, condicionante social, cheios de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem o espaço. São agentes sociais concretos, e não um mercado invisível ou processos aleatórios atuando sobre um espaço abstrato. A ação destes agentes é complexa, derivando da dinâmica de acumulação de capital, das necessidades mutáveis de reprodução das relações de produção, e dos conflitos de classes que dela emergem. A complexidade da ação dos agentes sociais inclui práticas que levam a um constante processo de reorganização espacial que se faz via incorporação de novas áreas do espaço urbano, densificação do uso do solo, deterioração de certas áreas, renovação urbana, relocação diferenciada da infraestrutura e mudança, coercitiva ou não, do conteúdo social e econômico de determinadas áreas da cidade (CORRÊA, 2005. p. 11).

Estes fragmentos espaciais se articulam, pois, como esclarece Moreira (2003), o meio urbano unifica suas partes, ainda que de forma caótica, como na correria dos veículos e das pessoas no dia-a-dia, estabelecendo uma movimentação humana intensa entre suas áreas residenciais para os seus locais de trabalho. Para este autor, as conexões entre as partes que compõem o urbano “desenvolvem-se também por meio de deslocamentos menos frenéticos, tais como compras no centro da cidade ou nas lojas do bairro, visitas aos parentes, idas ao cinema, e dentre

⁸ Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos>>. Acesso em: 10 de abril de 2024.

outros, promovendo uma relação espacial totalmente capitalista” (Moreira, 2003. p. 2). Dessa forma, o espaço urbano constitui uma relação espacial de processos sociais, constituindo um reflexo da sociedade.

No entanto, esta mesma lógica fragmentária pode ser verificada nas áreas rurais mais tecnificadas e já densamente incorporadas ao modo de produção do capitalismo informacional. Em Ituiutaba, por exemplo, a maior parte da massa de trabalhadores que se emprega nas usinas de bioenergia (todas rurais) mora na cidade, deslocando-se diariamente para a zona rural, onde estão as vastas plantações de cana-de-açúcar e as grandes usinas sucroalcooleiras.

De acordo com Rosas (2010), depois do processo de consolidação das cidades, no qual as antigas vilas passaram à lógica da expansão urbana, o espaço de transição entre o rural e o urbano passou a ser pesquisado sob a ótica das fronteiras de transição. Esse espaço, um tanto rural, um tanto urbano, é comumente designado como periurbano. Smit et al. (1996) conceituaram o espaço periurbano como sendo formado pelas áreas localizadas na linha entre o rural e o urbano, próximo da periferia, ou seja, do limite legal e administrativo de uma cidade. Para este autor, estas áreas incluem terrenos situados dentro ou fora de um plano de área e comumente elas são caracterizadas pela ocupação de terras de forma pouco formal e com pouca concentração de serviços básicos.

Segundo Portuguez et al (2013), é nesta área limítrofe, que as cidades têm preferido instalar uma série de equipamentos urbanos e empreendimentos cuja localização em áreas mais centrais pode representar complicações na circulação, desvalorização imobiliária, poluição e outros fenômenos indesejados. Desta forma, os espaços periurbanos são frequentemente utilizados para a instalação de distritos industriais, cemitérios, aeroportos, penitenciárias, estações de tratamento de esgoto, aterros sanitários, estações e terminais ferroviários e outros, além de serem ainda transformados, com alguma frequência, em locais de lazer e entretenimento, pois permitem a sensação de estar na cidade e, simultaneamente, “fora dela”.

Portuguez et al (2013) estudaram o papel do lazer na produção de uma identidade rural no perímetro periurbano de Ituiutaba. Os equipamentos do tipo

“pesque-pague” cresceram no entorno urbano, ofertando opções de entretenimento para a população urbana, em espaços criados para simular aspectos da ruralidade regional.

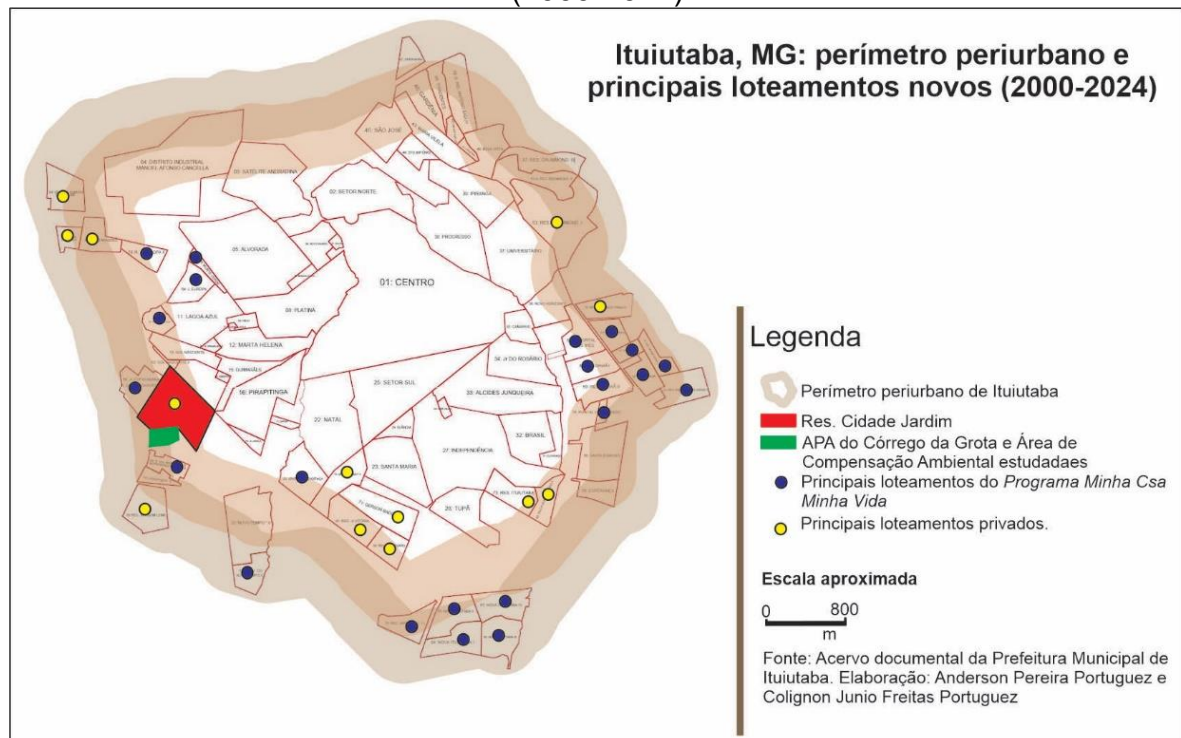
O mercado ruralista também se territorializa no perímetro periurbano. Os trabalhos de campo que realizamos em Ituiutaba para elaboração deste estudo mostraram que nesta zona fronteiriça, há uma ampla oferta comercial de equipamentos agrícolas para aluguel e venda, casas de ração, mercadinhos especializados em fertilizantes, ferramentas, além de empresas que prestam serviços no meio rural (eletrificação, energia solar, perfuração de poços e cisternas, entre outros).

Importante lembrar que os territórios que na atualidade correspondem ao perímetro periurbano, perderão tal característica em tempo futuro, pois com o crescimento da cidade, o que hoje é periferia tende a formar sucessivos anéis de bairros ao redor do centro. Silva (2016) estudou a prostituição em Ituiutaba entre as décadas de 1950 e o tempo presente e, de acordo com o autor, a prostituição de rua sempre foi uma característica da zona periurbana, sendo empurrada frequentemente para as novas periferias, na medida em que a cidade se expandiu, sobretudo para a sua zona sul. Com o passar do tempo os anéis de expansão deixaram as marcas da prostituição em suas paisagens como testemunhos de uma existência pretérita desse uso social do espaço.

Em função dos elevados valores dos terrenos em áreas mais centrais, as periferias de cidades de médio porte como Ituiutaba vêm se tornando alvo de interesse de novos empreendimentos imobiliários. Diversas empresas de capital local e regional investem em áreas rurais para convertê-las em zonas de expansão urbana, dando origem a novos loteamentos que, uma vez consolidados, tornam-se novos bairros ou partes de bairros já existentes. Este foi o caso do bairro Cidade Jardim, que se formou a partir da aprovação de novos loteamentos privados no município a partir da década de 2010.

A figura 2, que segue, apresenta a sede municipal de Ituiutaba, o perímetro periurbano da cidade e a localização da área estudada na periferia sudoeste.

Fig. 2: Ituiutaba, MG: perímetro periurbano e principais loteamentos novos (2000-2024).



Fonte: Acervo documental da Prefeitura Municipal de Ituiutaba.

Elaboração: Portuguez e Portuguez (2024).

Dito isto, pode-se então passar ao estudo de caso proposto para este trabalho. Trata-se de uma área de compensação socioambiental criada durante a instalação do Loteamento Cidade Jardim. Esta área tem uma peculiaridade, que é o fato de terminar em uma APA- Área de Proteção Ambiental pertencente a uma fazenda cortada pelo Córrego da Grota, afluente do Córrego do Carmo, um dos três leitos fluviais mais importantes da área urbana.

ÁREA ESTUDADA: UM OLHAR LANÇADO AO TERRITÓRIO

Neste tópico, traremos o resultado de nossas ações em campo, com fotografias e dados obtidos por meio de entrevistas com 10 moradores mais antigos do bairro.

Como dito anteriormente, a área estudada compreende a APA do Córrego da Grota e a área de compensação socioambiental do Loteamento Residencial Cidade

Jardim. Embora sejam dois territórios sociais distintos, em termos ambientais fazem parte do mesmo sistema natural, pois são contíguos e devem, por esta razão, ser entendidos como uma paisagem única. Tal premissa se justifica pois toda a área de compensação socioambiental está na vertente da margem direita do Córrego da Grotta. Nas figuras 3 e 4, que seguem, pode-se observar este fato.

Fig. 3: Área de compensação socioambiental e APA do Córrego da Grotta: vertente e contravertente da mesma bacia hidrográfica.

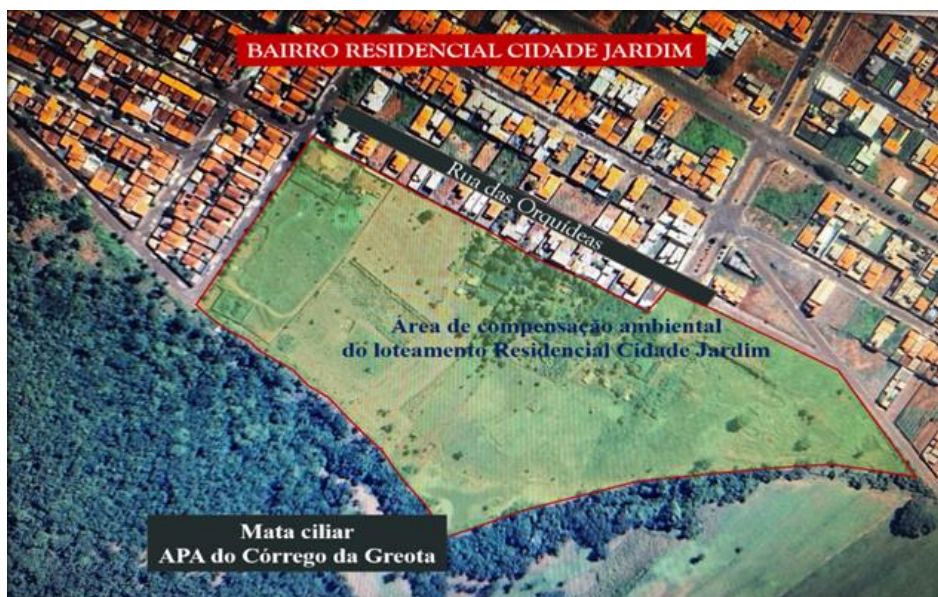


Fonte: Trabalho de campo.

Elaboração: Portuguez e Portuguez (2024).

Na figura 4, vê-se a vegetação correspondente à mata ciliar do córrego e, ainda, a área onde outrora se localizava a fazenda loteada para a instalação do empreendimento imobiliário. Parte da pastagem foi convertida em área de compensação socioambiental e o propósito é que possua usos mais sustentáveis, que não afetem de forma degradante a APA mencionada.

Fig. 4: Área estudada: APA do Córrego da Grota e Área de Compensação Socioambiental do Loteamento Cidade Jardim



Fonte: Imagem da base Google Earth.

Elaboração: Portuguez e Portuguez (2024).

De acordo com os entrevistados 1 e 2, os moradores mais antigos da Rua das Orquídeas o bairro, O bairro Residencial Cidade Jardim surgiu da ocupação residencial do Loteamento de mesmo nome. A área foi comercializada a partir de 2013 em duas etapas, totalizando centenas de lotes ofertados ao valor atualizado médio de R\$70.000,00. Este valor, que não é baixo, tampouco proibitivo, abriu espaço para a consolidação de um bairro de classe média, onde moram famílias predominantemente proprietárias dos imóveis. No início, a aquisição dos lotes foi facilitada pelas empresas que empreenderam o loteamento, pois o parcelamento foi bastante facilitado, com entrada simbólica e pagamento do saldo devedor em cem parcelas. Isso atraiu grande quantidade de compradores.

Tempos depois, o financiamento foi interrompido e a compra passou a se dar de forma direta, com pagamento integral. Por volta de 2018, com o bairro já consolidado, muitas empresas de construção passaram a adquirir terrenos para construção de casas para comercialização e isso atraiu ainda mais moradores de classe média para o local, embora neste caso os lotes sejam menores e as casas também sejam de menor metragem.

Ainda hoje existem muitos terrenos desocupados, embora todos tenham sido vendidos pela empresa responsável pela comercialização dos mesmos. O bairro não possui escolas públicas, nem postos de saúde, tampouco equipamentos de lazer para o desfrute da população. O comércio começou a se diversificar muito recentemente, e mesmo os investimentos privados esperam por fôlego mais consistente.

Não há supermercados, nem padarias, tampouco farmácias. Há, entretanto, oficinas automotivas, lojas de conveniências, posto de gasolina e negócios caseiros, como salões de beleza. Desta forma o caráter eminentemente residencial se confirma e como a maior parte das famílias residentes possuem motocicletas ou automóveis, o consumo se dá sobretudo em outros bairros.

A área de compensação socioambiental do Loteamento Cidade Jardim possui em média 800x150 metros. Possui formato quadrangular irregular e limita-se ao norte e a oeste com os novos bairros e ao sul com a APA do Córrego da Grotá.

A APA do Córrego da grotá, por sua vez, é uma área extensa, onde a mata ciliar é densa e ocupa área pertencente à fazenda de importantes empresários do município. A vegetação em si não é totalmente natural, já apresenta sinais de degradação, pois o bosque é acessado frequentemente pelo gado, que se desloca até o córrego para densedentar-se (Machado e Portuguez, 2018).

Mesmo assim, constitui importante fragmento do Cerrado denso, onde a umidade do leito fluvial faz prosperar uma vegetação mais densa e rica. Os trabalhos de campo que realizamos no local mostram que a drenagem corre sobre leito rochoso, basáltico e o volume de água não é muito volumoso, embora seja perene todo o ano (Machado e Portuguez, 2018).

A APA do Córrego da Grotá em si, não constituiu objeto deste estudo, pois sua complexidade, usos e propriedade exigiriam objetivos próprios para seu estudo. Porém, como encontra-se no fundo do vale, onde a vertente com vegetação se opõe à contravertente desmatada onde está efetivamente nossa área de interesse, podemos entender que a área de compensação socioambiental do loteamento, outrora, era ocupada pela mesma vegetação exuberante.

DOS USOS DEGRADANTES À RECUPERAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

Tanto a literatura consultada quanto a observação direta em campo nos revela que o perímetro periurbano sofre, muitas vezes, com o descaso do poder público e da sociedade local. Áreas periurbanas muitas vezes são tratadas como espaços periféricos de pouco valor, de pouca relevância social e de pouca proteção dos recursos naturais. Por essa razão se vê frequentemente o avanço da degradação humana e social no perímetro periurbano.

Do ponto de vista ambiental, vê-se em Ituiutaba, por exemplo, pontos de acúmulo clandestino de lixo, terrenos baldios sem tratamento adequado, uso desregrado dos recursos do cerrado, desmatamento, entre outros exemplos. Do ponto de vista social, vê-se o crescimento da pobreza, tráfico de entorpecentes, carência de serviços do Estado, proliferação de edificações precárias, informalidade e precarização do trabalho, entre outros.

Em outras palavras, a paisagem do perímetro periurbano revela muito do que a população da cidade não deseja ver em si, assim como muito daquilo que o poder público julga ser necessário, desde que espacialmente afastado do centro. No entorno da área que estudamos, podemos citar o exemplo do Cemitério Parque da Saudade e o aeroporto. Há ainda duas garagens de empresas de transporte e logística, dezenas de motéis, duas instalações para leilões de gado, entre outras atividades típicas de áreas não centrais.

As ações degradantes e o aspecto de abandono fazia parte de algumas áreas do setor sudoeste de Ituiutaba por volta do período de instalação do loteamento estudado. Em 2014, quando conhecemos a área pela primeira vez, constatamos a existência de diversos pontos de descarte de lixo (entulho de construção, lixo doméstico contaminado e lixo de origem comercial). As figuras 05 a 08 exemplificam o que descrevemos.

Era comum ver as caçambas da prefeitura de Ituiutaba serem descarregadas no local, onde deixavam grande quantidade de entulho de obra. Porém, De acordo com os entrevistados 1 e 9, com a chegada dos primeiros moradores da Rua das Orquídeas, o conflito se instaurou e a polícia passou a ser chamada para coibir o

hábito de algumas empresas e pessoas de ali descartar resíduos. A demarcação dos lotes, o asfaltamento das ruas e a chegada da iluminação pública também colaboraram para reduzir este hábito. Segundo a entrevistada 9:

Quando eu via alguém jogando lixo eu parava o carro e saía filmando. A pessoa percebia que estava sendo filmada e saía vasada. Uma vez um cara me ameaçou, disse que ia tomar meu celular, aí eu apontei meu *tresoição* pra cara dele e ele saiu quietinho (ENTREVISTADO 9, 2013).

Fig. 5 a 8: Descarte de entulho de construção, resíduos sólidos contaminantes na área estudada entre 2014 e 2015.



Fonte: Acervo Da comunidade de axé (2014-2015).

De acordo com o entrevistado 3, o local mais ao fundo da área de compensação socioambiental era frequentado por usuários de drogas. Segundo o depoente, era comum a abordagem policial no local:

A gente chamava a polícia quando começava a “Festa do Capa Preta”. Não sei por que eles colocaram esse nome, mas o fundinho lá da mata ficou conhecido como região do Capa Preta. Aí os malas iam pra lá usar droga, tranzar, fumar maconha e encher a cara. Aí a gente chamava a polícia. Aqui era tudo escuro ainda, poucos moradores. Muitos travestis vinham da pista lá em cima pra atender os caras nos carros aqui na rua. Era um inferno, nem dava pra andar a noite aqui (ENTREVISTADO 5, 2013).

Foi neste contexto que os residentes decidiram agir. A ação pioneira foi de quatro moradores. A primeira foi uma proprietária (entrevistada 4) que iniciou uma pequena horta para comercializar produtos junto aos vizinhos. Além de verduras, algumas hortaliças e ovos passaram a ser produzidos de forma bem familiar. De acordo com a entrevistada 4, um senhor que reside fora do bairro se apossou inadequadamente de um trecho da área de compensação socioambiental localizada próxima à cabeceira da bacia hidrográfica. Ali, começou a cultivar e criar animais. Tal fato gerou alguns conflitos entre ele e os demais usuários da área protegida e ainda hoje, em 2024, ele mantém algumas vacas no local. Este senhor foi, segundo a depoente, responsável por algumas queimadas que ocorriam no local. Hoje em dia, porém, após anos de negociação, ele já não utiliza mais o fogo como forma de liberar espaço para plantios.

De acordo com os depoimentos dos entrevistados, sempre houveram tentativas de invasão, ocupação ilegal e uso degradante da área e a defesa desse espaço sempre exigiu empenho e coragem. Pessoas vindas do bairro Camilo Chaves, bairro vizinho, vez por outra insistem em jogar lixo e entulho na área protegida, mas tais ações são rapidamente debeladas pelos moradores que cuidam da área de compensação socioambiental. Há, ainda duas ocorrências de tentativas de moradores do Bairro Camilo Chaves de ocupar partes da área de compensação, possivelmente para iniciar ocupações clandestinas. De acordo com o entrevistado 4:

Isso vai acontecer mais cedo ou mais tarde, né? É só questão de tempo, vão acabar vindo ocupar isso aqui. Pode esperar. Mas enquanto nós aguentar firme, eles não vão entrar não. Mas um dia a gente sabe que eles vão vir tudo pra cá, isso corre risco de virar um favelão, né? (ENTREVISTADO 4, 2013).

Os moradores mais antigos e engajados, todos da Rua das Orquídeas, então, se organizaram para limpar toda a área, plantar árvores e utilizar a área de forma sustentável, visando sua recuperação. As ações tiveram início no ano de 2015, quando um mutirão de limpeza foi organizado. Na ocasião a Prefeitura de Ituiutaba apoiou a ação da comunidade, enviando caminhões para recolher o lixo tirado da área de compensação socioambiental e das bordas da mata ciliar. O local precisou de um esforço contínuo de vários meses para que pudesse estar em condições de receber plantios e animais de pastagens.

Nas fotos 9 a 14, que seguem, pode-se observar que os moradores utilizaram atividades agrícolas e pequenas criações animais para dar identidade de uso à área. Não se trata de buscar lucro, mas sim introduzir no local usos que sejam compatíveis com a proteção do espaço e a preservação da mata ciliar.

Os cultivos não recebem defensivos químicos, são para consumo familiar e as criações não são numerosas. Para delimitar as áreas e impedir que os animais invadam a mata ciliar, *pallets* de madeira foram adquiridos com recursos dos moradores para a proteção da área, que recebeu ainda cercas de arame-farpado e telas de proteção em alguns trechos.

No local há plantios de feijão, cana de açúcar, milho, quiabo, jiló, verduras diversas, além de cultivos de ervas medicinais e de uso ritualístico na Umbanda e no Candomblé (guiné, arruda, saião, folha da fortuna, algodoeiro, acocô, dendezeiros, picão-roxo, para-raios, além de árvores como eucaliptos, ipês, goiabeiras, mangueiras, abacateiro, etc. As criações são, como já dito, pequenas: frangos, porcos, vacas leiteiras, ovelhas e cabritos. Tudo isso em uma área correspondente a uma chácara de médio porte.

Fig. 9 a 14: Ruralidades na área estudada





Fonte: Trabalho de campo. Elaboração: Portuguez e Portuguez (2024).

Ainda sobre a redesignação da área, de local de descarte de lixo para área de cultivos e cuidados ambientais, consideramos importante ressaltar o papel de liderança exercido por uma comunidade de terreiro instalada no final da Rua das Oquídeas. Trata-se de um complexo templário grande, com mais de 900m² de área privada, que engloba a residência do Babalorixá e o terreiro de Candomblé e Umbanda. É o maior e mais importante terreiro da cidade, seguramente um dos maiores do Triângulo Mineiro (SCRIAB OLORIGIN, 2016)⁹.

De acordo com o entrevistado 3, membro da comunidade que foi proprietário de terreno na rua, um dos idealizadores e líderes das ações de proteção da área, o terreiro precisava de um espaço natural para a realização de alguns rituais de louvor na natureza, o que é uma tradição tanto da Umbanda, quanto do Candomblé.

Como se trata de uso simbólico da natureza, sem remoção de recursos (banhos e batismos), o córrego da Grotta cumpre bem esse papel, de forma que suas águas são regularmente visitadas para este fim. Para tanto, a comunidade mantém o local limpo, livre de resíduos descartados ou para lá levados pelas chuvas e ventos. Na área da APA, portanto, há uso bem ocasional e a comunidade começou a implantar em 2024 um programa institucional de proteção ambiental que envolve gerenciamento de resíduos. Ao visitar a APA, não se acende velas, nem se deixa no local nenhum tipo de artefato inorgânico que possa agredir o equilíbrio local.

⁹ Sociedade Cultural e Religiosa Ilê Àse Babá Olorigin (2016).

O terreiro construiu em seu interior altares e locais para a realização de oferendas, de forma que não recomenda que seus adeptos façam trabalhos espirituais em locais públicos ou naturais, como despachos e oferendas. Tudo é realizado dentro do complexo templário e depois de 3 dias todos os restos são descartados no lixo comum, ou encaminhado para reciclagem ou, ainda, são enterrados se forem orgânicos (Scriab Olorigbin, 2016).

Nas fotos que seguem pode-se observar a Praça dos Orixás, uma área organizada pela comunidade religiosa para servir de espaço de convivência para a mesma. Na praça, realizam-se rituais abertos à comunidade, como as festas dos Orixás da família do Rei Xangô e a festa do *Olubajé*, que é uma grande homenagem à família do Orixá Obaluaye. Este espaço é utilizado ainda para a recreação das crianças que frequentam o templo religioso, que conta com brinquedoteca e professoras recreadoras que usam a praça para promover o entretenimento educativo das crianças.

A praça (conteúdo de urbanidade) também é utilizada para recreação adulta, rodas de capoeira aberta à comunidade do entorno, atividades esportivas gratuitas, entre outros usos sociais. Toda limpeza e manutenção são realizadas pelos filhos-de-santo do terreiro.

Fig. 15 e 16: Urbanidades na área estudada



Fonte: Trabalho de campo. Elaboração: Portuguez e Portuguez (2024).

O terreiro pretende, em breve, inserir árvores frutíferas ao redor da praça e futuramente, quando estas fizerem sombra, construir bancos de alvenaria sob as copas para que as pessoas possam utilizar o local como espaço de meditação.

CONCLUSÕES

Finalizamos nossas reflexões, portanto, afirmando que os resultados nos apresentam um processo genuíno de recuperação paisagística de uma área em degradação a partir da mobilização uma comunidade formada por moradores e praticantes de religiões tradicionais de matriz africana. Podemos ainda afirmar que a área estudada, localizada na borda sudoeste do perímetro periurbano de Ituiutaba possui de fato características paisagísticas que nos remetem às urbanidades, às ruralidades e à natureza do Cerrado.

A formação territorial da área estudada nos mostrou que a expansão urbana criou tensões no perímetro periurbano, onde as urbanidades pressionaram o meio natural e o rural para impor sua existência. A formação de um novo bairro implicou em muitos processos espaciais que converteu uma antiga fazenda em uma área de fato funcional da cidade, mas sem o planejamento e ações de controle suficientes, para que o entorno não se degrade e para que os novos moradores não fossem segregados espacialmente da dinâmica do todo urbano.

No passado, quando a área estudada era uma propriedade rural, as dinâmicas da pecuária extensiva produziram a primeira onda de degradação da paisagem do Cerrado, pois a alimentação do gado em área de produção extensiva exige elevada disponibilidade de pastagens e, por consequência, a complexidade da vegetação e da fauna nativas é fortemente impactada para que a pecuária seja economicamente viável.

A conversão da área em espaço de habitação implicou em uma ação que mudou definitivamente a paisagem, de forma que compensações ambientais precisaram ser empreendidas para assegurar a sustentabilidade ambiental urbana. Daí a importância da área estudada que é contígua à mata ciliar do Córrego da Grota, segundo maior bosque de Cerrado da cidade de Ituiutaba. Garantir, portanto, que esta área tivesse usos compatíveis com a qualidade ambiental, passou a ser a motivação dos moradores da Rua das Orquídeas, que se viram expostos ao risco de queimadas, descarte de lixo, contaminação ambiental e proliferação de insetos, animais peçonhentos e ratos.

Os moradores mais antigos, então, se organizaram para limpar toda a área e dar à paisagem um aspecto de harmonia, levando em consideração que o bairro se desenvolvera no perímetro periurbano, avizinhandose de outras propriedades rurais. Passaram então a plantar árvores e utilizar a área de forma sustentável visando sua recuperação. Desde 2015 o local vem, aos poucos, sendo recuperado e atualmente se mostra mais verde, limpo e são raros os eventos de descarte de resíduos sólidos na área protegida.

As atividades sustentáveis ali realizadas são de fato de baixo impacto e são autorizadas pelas normas jurídicas vigentes: uso religioso para cultos na natureza, pequenas criações de animais sem fins comerciais (pecuária de subsistência), pequenos plantios de alimentos, plantas ornamentais e árvores frutíferas.

Os depoimentos coletados nos mostraram que os atuais guardiões da área (10 famílias, sendo uma delas a comunidade religiosa) não alimentam esperanças de manter a área limpa e com aspecto de ruralidade produtiva por muitos anos, pois sabem que por ser um espaço pertencente à Prefeitura, ele pode ser invadido e apropriado por grupos descomprometidos com a natureza local. Porém, fazem o possível para manter a área estudada organizada, limpa e produtiva na medida do possível, investindo seus recursos próprios em ações de proteção.

Concluimos, por fim, que a pesquisa trouxe elementos importantes para o poder público legitimar este espaço como uma área de uso sustentável do município, criando condições legais e infraestruturais para sua proteção e, quem sabe, instalando ali um futuro parque urbano, que é nossa proposta final após todas as análises feitas ao longo de nossa investigação acadêmica.

REFERÊNCIAS

AB'SÁBER, Aziz. **Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. 4ª ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Editora Ática, 2005.

CÔRTEZ, Cesar Pessôa. **Análise da agricultura familiar no município de Sumidouro/RJ**. Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro. 2008. 158p.

CUNHA, Érika Jorge Rodrigues da. **A natureza do espaço urbano**: formação e transformação de territórios na cidade contemporânea. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais – Escola de Arquitetura, 2008. 144p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Dados municipais**: Ituiutaba, MG. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidades>. Acessado em 10 de abril de 2024.

LINDNER, Michele. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios do Rio Grande do Sul. In. **Anais**. 1º Simpósio de Pós-Graduação em Geografia do Estado de São Paulo – SIMPGEO-SP. VII Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UNESP – Rio Claro. 11-19 nov. 2008. p. 782-794.

LINDNER, Michele; WANDSCHEER, Elvis Albert Robe. Manifestações das ruralidades em pequenos municípios gaúchos: o exemplo da quarta colônia de imigração italiana. Uberlândia: **Campo-Território – Revista de Geografia Agrária**. v. 5. nº 9. fev. 2009. p. 147-165.

MACHADO, W. F. S.; PORTUGUEZ, A. P. Conservação ambiental e uso sustentável do espaço: proposta de criação de um parque urbano na cidade de Ituiutaba, MG. In: PORTUGUEZ, A. P.; ARAÚJO SOBRINHIO, F. **Inquietações geográficas**: natureza sociedade e turismo no Brasil contemporâneo. Ituiutaba: Barlavento, 2018, p. 256-285.

MOREIRA, Emília. et al. Espaço urbano e terciário: um olhar geográfico. João Pessoa: **Cadernos do Logepa – Série Texto Didático**. ano 02. nº 3. set/dez. 2003. 17p.

MOUSSA, M. M. ; PORTUGUEZ, Anderson Pereira . Nos dois lados de Atlântico Sul: reflexões sobre semelhanças e diferenças do rural e do urbano no Brasil e no Benin. **Brazilian Geographical Journal**:, v. 10, p. 58-73, 2019. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/braziliangeojournal>. Acessado em 20 de abril de 2024.

PEDROSO, Leonardo B. MOURA, Gerusa Gonçalves. O Programa de Saúde da Família em Ituiutaba/MG (2011): política, caracterização e perfil da população atendida. In: PORTUGUEZ, A. P. SEABRA, G. QUEIROZ, O. M. M. T. **Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local**. João Pessoa: UFPB, 2012. 364-375.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira; MOURA, Gerusa Gonçalves; COSTA, Rildo Aparecido (Orgs.). **Geografia do Brasil Central**: enfoques teóricas e particularidades regionais. Uberlândia: Assis, 2011.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira et al.; Ruralidades no espaço urbano: uma análise a partir da reestruturação de um pesque-pague no município de Ituiutaba - MG. In: Giovanni Seabra. (Org.). **Terra**: Qualidade de vida, mobilidade e segurança nas cidades.. 1ed.João Pessoa: EdUFPB, 2013, v. 4, p. 378-388.

PORTUGUEZ, A. P. **Espaço e cultura na religiosidade afro-brasileira**. 2 ed.; revisada e ampliada. Ituiutaba: Barlavento, 2022.

ROSAS, Celso Antônio da Fonseca. **A (des)construção da dicotomia rural-urbano no extremo noroeste paulista**. 2010. 246 f. Tese (Doutorado em Geografia) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia. 2010.

SANTOS, José Antônio Lobo dos. O conceito de espaço rural e as políticas de governo no Brasil. Florianópolis: **Revista Discente Expressões Geográficas**. ano VII. v. 7. junho. 2011. p. 95-110.

SARACENO, Elena. **O conceito de ruralidade**: problemas de definição em escala europeia. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/textos>>. Acesso em: 10 de abril de 2012.

SMIT, D. *et al.* **Diagnostic evaluation studies**: peri-urban Kwazulu-Natal. South Africa: Land and Agriculture Policy Center, 1996.

SILVA, Adriano. **Processo de formação de territórios de prostituição em Ituiutaba (MG) nas avenidas 25 e 27 nas décadas de 1960 e 1970**. 2016. 40f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Faculdade de Ciências Integradas do Pontal, Universidade Federal de Uberlândia, Ituiutaba, 2016.

SOCIEDADE CULTURAL E RELIGIOSA ILE ÀSE BABÁ OLORIGBIN. **Plantando Axé**: do lugar sagrado ao espaço da militância e da resistência cultural. Ituiutaba: Barlavento, 2016.

TEIXEIRA, M. A.; LAGES, V. N. Transformações no espaço e a geografia rural: idéias para discussão. **Revista de Geografia**, São Paulo: UEP, v. 14, p. 1-185, 1997.